

CONSPIRAÇÃO OU

ASSASSINATO? O MISTERIOSO

CASO DANNY CASOLARO P12



Brasil, Quinta-feira, 7 de Março de 2024 · Ano 18 · nº 3383 · Fundado em 11 de Março de 2005 · diariodoestado.com.br · R\$1,50

STF suspende julgamento sobre descriminalização do porte de drogas

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu nesta quarta-feira (6) o julgamento sobre a descriminalização do porte de drogas. A data para retomada do julgamento não foi definida. A análise do caso foi interrompida por um pedido de vista feito pelo ministro Dias Toffoli. Antes da interrupção, o julgamento está 5 votos a 3 para a descriminalização somente do porte de maconha para uso pessoal. **p5**



NATHALIA OLIVEIRA

Governo Federal vai lançar programa que inclui mulheres no mercado de trabalho



MARÍLIA NOLETO

Caiado anuncia investimento de R\$ 69 mi no monitoramento de presos em Goiás



FLÁVIO MOBAROLI

Negociação de trégua de cessar fogo: Hamas se diz disponível; Israel não comparece



Vacinação contra a dengue está menor que o esperado em Goiânia

REDAÇÃO

A adesão à vacinação contra a dengue tem ficado abaixo do esperado em Goiânia, situação que se repete no restante de Goiás. Ao mesmo tempo, o estado experimenta uma explosão de casos da doença em 2024. Já são 44 óbitos confirmados e 95,9 mil registros notificados, número 209% superior ao mesmo período do ano passado. Na avaliação da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), pais podem estar com medo de aplicar o imunizante nos filhos. Entretanto, a vacina tem eficácia e segurança comprovadas cientificamente.

A vacinação contra a dengue teve início há 20 dias, em 15 de fevereiro. Inicialmente, o imunizante foi liberado apenas para crianças com 10 e 11 anos. A capital recebeu 34,2 mil doses destinadas a esse público. Para esta faixa etária só 7,4 mil (21,8%) foram aplicadas.

Segundo a gerente de Vigilância de Doenças e Agravos Transmissíveis da SMS,



Reprodução

Marília de Castro, a adesão está abaixo do esperado. "Aquém da nossa expectativa", conta. No total, de acordo com dados atualizados até esta terça-feira (5), Goiânia já administrou 9,8 mil doses de vacina contra a dengue em crianças e adolescentes com idade de 10 a 14 anos.

Marília conta que a experiência tem se assemelhado à da vacinação contra a Covid-19, que até hoje apresen-

ta uma cobertura abaixo do preconizado entre as crianças, especialmente as com menos de quatro anos. "O que parece é que as pessoas ficam esperando as outras irem se vacinar para depois irem, com medo de alguma reação ou algo do tipo, conta.

Entretanto, a QDenga, vacina japonesa contra a dengue, tem eficácia e segurança comprovadas cientificamente, inclusive tem

a administração liberada pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). "Passou por todos os estudos exigidos e tem eficácia contra os quatro tipos de dengue", destaca Marília.

A gerente aponta que além da vigilância epidemiológica, que acompanha o avanço dos casos de dengue, a SMS também faz a monitoramento dos eventos supostamente relacionados à vacinação.

"Não temos nenhum registro além de reações como febre e dor no corpo. Não tivemos nenhum óbito por conta da vacinação. Já por conta da doença, sim", ressalta. A capital possui um óbito por dengue confirmado e outros sete em investigação.

Atualmente, o imunizante contra a dengue está disponível em todas as salas de vacinação da capital durante a semana. O esquema vacinal é de duas doses, com intervalo de três meses. "Lembrando que caso a criança ou adolescente tenha tido dengue, só poderá se vacinar seis meses após a infecção", detalha.

A gerente pontua que a SMS tem feito uma articulação junto a Secretaria Municipal de Educação (SME) para levar a vacinação para dentro das escolas da rede municipal. Segundo ela, está sendo realizado um diálogo com diretores e professores para que eles possam sensibilizar os pais dos estudantes sobre a importância da vacinação. "Assim, a adesão é maior", frisa Marília.

Empresa receberá R\$ 470 mi para gerenciar serviços de coleta de lixo

REDAÇÃO

O consórcio QC Ambiental, liderado pela Quebec Ambiental, venceu a disputa e vai receber R\$ 470,3 milhões para gerenciar os serviços de coleta seletiva, remoção de entulhos e varrição mecanizada pelos próximos dois anos, em Goiânia. Mesmo com possíveis irregularidades questionadas pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO), a prefeitura bateu o martelo e a licitação foi homologada.

Apesar do impasse, a Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana (Seinfra), afirmou que o contrato com a vencedora será assinado ainda este mês e a empresa terá 30 dias para iniciar a execução dos serviços contratados. Assim, a Comurg vai manter apenas os trabalhos de limpeza de vias públicas, podas de árvores e reformas de praças.

QC AMBIENTAL

Liderada pelo grupo Quebec Ambiental de Goiânia, a empresa é composta também pela Clean Master Ambiental Unipessoal, de Catalão, e pela CGC Concessões, de Brasília. A companhia já faz o serviço de coleta em Anápolis, a 55km de Goiânia, e acumula um histórico de impasse no município.

No ano passado, coletores da cidade alegaram más condições de trabalho e intimidação por parte da empresa. Na ocasião, eles relataram precariedade com pneus dos caminhões, que estavam carecas; botões de emergência estragados; e perseguição por parte da companhia com os representantes dos trabalhadores.

Na ocasião, a Quebec rebateu as denúncias e disse que as informações eram falsas e infundadas. Afirmou, ainda, que o intuito era manchar a imagem da empresa.

Governo lança plataforma de fiscalização e controle ambiental

REDAÇÃO

O Governo de Goiás lança nesta quinta-feira (7/3), às 10h, uma plataforma criada para recepcionar denúncias de desmatamento, queimadas, poluição, emergências ambientais e atropelamento de animais silvestres. O aplicativo recebeu o nome de Inã e está disponível para download em Android e iOS. Há também uma versão para usar no computador.

O Inã foi estruturado em quatro eixos: alerta, fiscalização, gerenciamento e consulta. Reúne funcionalidades que não só vão aproximar a sociedade dos canais de denúncia da Semad, como também vão agilizar a tra-



mitação de processos que dispõem sobre sanções administrativas ambientais, desde a lavratura de autos de infração até agendamento e realização de audiências de autocomposição, protocolo e julgamento de defesa.

"A Semad recebe grande

quantidade de denúncias com pouca consistência, o que dificulta o trabalho das equipes de fiscalização. A plataforma foi construída de modo a estimular a população a entregar mais evidências e facilitar o trabalho dos fiscais", diz o subsecretário de Licen-

ciamento, Controle e Fiscalização da Semad, Robson Disarz. A plataforma foi desenvolvida com recursos de compensação ambiental. A empresa contratada foi a YouX.

ALERTA

O principal eixo do Inã é a aba de alertas. Ela permite que a sociedade faça denúncias sobre desmatamento, queimadas, atropelamentos de animais silvestres, poluição, barragens e outras emergências ambientais. Para denunciar, o usuário deverá selecionar se deseja se identificar ou não no ato da denúncia, identificar o local no mapa da plataforma e poderá anexar vídeos, fotos e áudios para contribuir com a fiscalização.

CONSULTA

O "Inã Consulta" oferece a possibilidade de checar, por meio de CPF ou CNPJ, possíveis débitos e embargos associados. Caso não haja débito ou embargo em sua respectiva propriedade, o cidadão poderá, nesta aba, emitir certidões negativas.

FISCALIZAÇÃO

O "Inã Fiscalização" é a aba que vai atender exclusivamente os fiscais da Semad. Servidores poderão manusear o aplicativo inclusive em situações em que não dispuserem de acesso à internet. Nessa aba, conseguirão consultar outros sistemas e bases de dados da Semad durante as diligências.

DIÁRIO DO ESTADO

www.diariodoestado.com.br

FALE CONOSCO: (62) 3010-4014

DIRETOR ADMINISTRATIVO: Ernesto Guevera
EDITOR DE ARTE: Henrique Portilho
EDITOR EXECUTIVO: Bruno Vieira

jornalismo@diariodoestado.com.br

COMERCIAL

(62) 3095-1241 · 3093-3847 · 3095-1057
3095-6527 · 3095-2635 · 3095-7549
comercial@diariodoestado.com.br

SEDE: Rua 109, Nº 36, Setor Sul,
Goiânia - Goiás · CEP: 74.085-090
Tiragem: Atende a Lei Estadual nº 17.928/12
Circulação: Estado de Goiás · CNPJ: 24.946.442/0001-93

Edição digital
certificada: 



PODER

DIÁRIO DO ESTADO



ADRIANA ACCORSI BUSCA NOME DE CENTRO PARA VICE



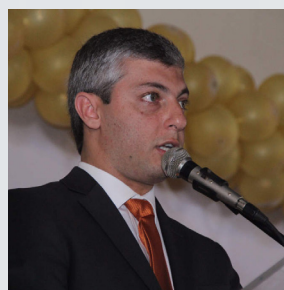
Após as tratativas com o senador Vanderlan Cardoso sobre uma possível aliança com o PSD não avançarem, a deputada federal Adriana Accorsi (PT) está em busca de um nome que tenha um perfil de centro para compor a sua vice para a disputa à Prefeitura de Goiânia nas eleições de outubro. Interlocutores do PT goiano contaram à coluna que a pré-candidata intensificou as reuniões com os partidos, nas últimas semanas, para encontrar um companheiro de chapa que preencha os requisitos necessários para contrapor o perfil e as bandeiras da esquerda que a deputada defende.

Com a certeza de que as eleições em Goiânia devem contrapor Adriana a um candidato da direita, o PT quer um nome que equilibre a

visão que o eleitorado goianiense, eminentemente conservador, possa ter da deputada federal por ela ser filiada ao partido. Por outro lado, Adriana detém vantagens como sua experiência política, que é uma das prioridades do eleitorado demonstradas nas pesquisas qualitativas contratadas pelos partidos.

Goiânia faz parte das cinco capitais que são prioridade para o PT nacional e para o presidente Lula nas eleições de outubro. Em Brasília, as conversas do presidente com dirigentes de partidos de centro como o PSD e o PP também se intensificaram para formar chapas competitivas que levem o PT a administrar regiões estratégicas para o presidente para as eleições de 2026. **Tainá Borela**

BURITI ALEGRE: PREFEITO ANDRÉ CHAVES ARTICULA CHAPA PP + MDB PARA SUA SUCESSÃO



O prefeito de Buriti Alegre, André Chaves (MDB), acelerou as articulações para montagem da chapa que ele, preses a completar o segundo mandato, irá apoiar em 2024. Após escolher o secretário de Turismo, Clayton Carvalho (PP), para tentar sucedê-lo, André conseguiu filiar ao MDB o empresário Emiliano Gomes. À coluna Poder, o prefeito disse que o novo emebista “tem todas as condições” de ocupar o posto de pré-candidato a vice-prefeito, agregando votos de comerciantes e do agronegócio.

Na última terça-feira, 5, André Chaves coordenou mais uma reunião para tratar da pré-candidatura governista na cidade. Ele conseguiu angariar o apoio do ex-prefeito Marco Aurélio Naves (2013-2016), de quem, inclusive, foi vice-prefeito. A chegada de Marco Aurélio ao grupo é simbólica porque ele e André se enfrentaram nas eleições

municipais de 2016, quando o segundo sagrou-se vitorioso. Ex-vice-prefeito no mandato de João Alfredo de Mello Neto (PT, 2009-2012) – que é pré-candidato agora em 2024 –, Tiãozinho da Ótica também esteve no encontro.

Muito popular em Buriti Alegre e com sua gestão atingindo expressivos números de aprovação, André Chaves acredita na possibilidade de “transferir votos” para Clayton Carvalho. Ele ainda conta, durante a futura campanha, com a dedicação do governador Ronaldo Caiado e do vice-governador Daniel Vilela, este presidente regional do MDB, ao projeto do secretário de Turismo.

O ex-prefeito João Alfredo, que ao lado de Clayton Carvalho lidera as pesquisas de intenção de votos, tentará novo mandato pelo PT. O petista conseguiu o apoio do advogado e ex-deputado estadual Clever Marques, que se desfilou do MDB e ingressou no PT local. João Alfredo também é próximo do ex-tesoureiro do PT nacional, Delúbio Soares, natural daquele município. De olho nos votos do bolsonarismo, Garibaldi Neto (PL), que deve se aliar ao PSDB, completa a lista. **Thiago Marques**

MATHEUS RIBEIRO PREGA RENOVAÇÃO POLÍTICA, MAS É APADRINHADO POR MARCONI PERILLO



A pré-candidatura a prefeito do jornalista Matheus Ribeiro foi lançada neste final de semana cercada por uma grande contradição: entre os tópicos abordados pelo jovem tucano em seu discurso, ele deu destaque à “renovação política”, mesmo tendo como padrinho o ex-governador e atual presidente do PSDB nacional, Marconi Perillo.

Com um mandato de senador e quatro como governador de Goiás, o líder tucano tem sua biografia político-administrativa gradativamente desconstruída pelo atual governo que, desde 2019, tem trago à público ações e iniciativas de Marconi que não condizem em nada com o que se entende, ainda que pelo senso comum, por “renovação”.

Exemplo: o ex-governador tentou, via Tribunal de Contas do Estado, barrar a construção do maior complexo oncológico da região Centro-Oeste, o Cora. É sabido que

o pano de fundo da articulação era impedir a viabilização da obra que se tornará um dos principais legados da administração caiadista. Onde há renovação embutida neste tipo de prática?

Sem entrar no mérito do processo em questão, Matheus Ribeiro também será associado a um político que chegou a ser preso pela Polícia Federal e que perdeu duas eleições consecutivas para o Senado, em 2018 e em 2022. E a um partido que sequer teve candidato próprio nas últimas eleições estaduais. E mais: que no último pleito municipal, com Talles Barreto como prefeítavel, amargou o 11º lugar.

Desgastado na capital, as pesquisas lhe atribuem alta rejeição entre o eleitorado de Goiânia, Marconi, de fato, é um obstáculo para Matheus empunhar a bandeira da dita renovação. O que não dará a ele a chance de esconder o padrinho político; o ex-governador jamais abrirá mão de ser protagonista, ou o principal deles, na pré-campanha de Matheus. Sendo assim, o projeto do jovem tucano pode servir apenas como mera oportunidade para o ex-governador, de olho em 2026, alcançar alguma visibilidade. **Thiago Marques**

GRANDES SONHOS
REALIZADOS EM
PEQUENAS PARCELAS

PARCELAS A PARTIR DE
R\$ 8,00 POR DIA!

➤ NÃO PAGUE JUROS
➤ PREÇOS QUE CABEM
NO SEU BOLSO



62 3607-7332 62 98269-1933

AV. ANHANGUERA, 3559 - SETOR LESTE UNIVERSITÁRIO, GOIÂNIA - GO, 74610-010

CONSORCIO
CICAL

ATACADÃO DAS LENTES

LABORATÓRIO PRÓPRIO

Qualidade com o Menor Preço



✓ ÓCULOS SOLARES
✓ LENTES PARA ÓCULOS
✓ LENTES DE CONTATO
✓ ARMAÇÕES PARA ÓCULOS

PREÇO
DE
ATACADÃO

(62) 3945-1950 / 99244-2975 / 98270-4676

Av. Anhanguera nº 5110, Sl. 302, Ed. Moacir Teles, Goiânia/GO
(ao lado da Praça do Bandeirante / Prédio do Banco Santander)



Caiado anuncia investimento de R\$ 69 mi no monitoramento de presos em Goiás

REDAÇÃO

O governador Ronaldo Caiado anunciou nesta quarta-feira (6/3) o investimento de R\$ 69 milhões no monitoramento de presos em Goiás. A novidade foi comunicada durante apresentação da nova sede da Seção Integrada de Monitoração Eletrônica (Sime) - estrutura que funciona 24 horas por dia e por meio da qual a Polícia Penal pode acompanhar, em tempo real e com alta resolução, onde estão os custodiados, ocorrências e eventuais violações das medidas judiciais impostas aos presos sob vigilância. Além disso, a seção é encarregada pela distribuição de botões do pânico e tornozeleiras eletrônicas.

Na ocasião, o chefe do Executivo estadual explicou que a verba foi alocada em melhorias para a nova sede e no aluguel dos equipamentos de monitoração eletrônica. "O



Divulgação

sistema é capaz de dar maior segurança às pessoas, às vítimas, bem como para nossos policiais, que vão ter que enfrentar aquele cidadão que não está cumprindo uma ordem legal", destacou Caiado, ao falar das ações na área de segurança pública que garantiu a Goiás redução drástica nos índices de criminalidade.

"É mais um investimento que vai dar resultado concreto", completou o governador.

A apresentação do novo espaço da Sime, que ocorreu no auditório Mauro Borges, no Palácio Pedro Ludovico Teixeira, em Goiânia, foi acompanhada pelo diretor-geral de Polícia Penal, Josimar Pires. "As melhorias são muito significativas para a

gestão do serviço de monitoração eletrônica do estado, que mantém vigilância à distância de pessoas submetidas a medida cautelar, condenadas por sentença transitada em julgado ou em medidas protetivas de urgência", pontuou.

Pires, explicou que o sistema também auxilia na fiscalização dos regimes penais. "Os

regimes semiaberto e aberto encontram-se nesta monitoração eletrônica, o que facilitou o trabalho na redução da criminalidade do estado de uma forma geral", frisou, ao destacar que o novo espaço foi equipado com aparelhos modernos, inclusive um vídeo wall, tecnologia com telas digitais reunidas que são gerenciadas de forma centralizada e programadas para exibir informações.

"Nesse frente de fiscalização, a Polícia Penal de Goiás é destaque no país. O objetivo da segurança pública do estado é dar maior segurança ao povo goiano e o nosso objetivo é ter cada vez mais eficiência no trabalho das polícias e rapidez no atendimento à população", salientou.

REFORÇO

Um dos destaques da atuação da Sime é realizar a entrega do botão do pânico para vítimas de violência do-

méstica e instalar tornozeleiras eletrônicas nos monitorados, conforme estabelecem as medidas judiciais. Goiás é o quarto estado no país em número de monitoração eletrônica, perde apenas para o Paraná, Mato Grosso e Ceará.

Atualmente, são 7.890 monitorados com tornozeleiras e 423 mulheres com o antipânico. Além disso, a Polícia Penal de Goiás conta com a previsão de implementação de um aditivo contratual que expandirá a capacidade para 10.000 tornozeleiras e 625 botões do pânico no estado.

Para o secretário de Segurança Pública, Renato Brum, o uso da tecnologia aliada a segurança pública só contribui para que as forças de segurança possam atuar com agilidade em casos de violações de medidas judiciais. "Estamos dando condições para que as nossas polícias possam dar essa resposta rápida", concluiu Brum.

Abertura de empresas por mulheres em Goiás mais que dobra em 1 mês

REDAÇÃO

O número de abertura de empresas que contam com mulheres no quadro societário mais que dobrou de janeiro para fevereiro de 2024, passando de 1.226 para 2.619. Os dados são da Junta Comercial de Goiás (Juceg). Para o presidente Euclides Barbo Siqueira, o dado mostra o avanço das mulheres no segmento empresarial. "Somado às facilidades que temos implantado na abertura das empresas, esse salto mostra o quanto as mulheres têm perfil empreendedor", aponta Siqueira.

Mesmo com leve queda no total de aberturas de novos negócios, a participação feminina teve avanço. Proporcionalmente, levando em consideração os dois primeiros meses do ano, o número de empreendimentos formalizados no período, e que contam com mulheres no quadro societário, saltou de 9,3% para 21,5%.

Exemplo desse empreendedorismo é a jovem odontóloga Fernanda das Neves Silva Pinheiro que, aos 33 anos, abre o primeiro negócio, o próprio



consultório, em Valparaíso de Goiás. Mãe de duas meninas, de 3 e 5 anos, Fernanda divide o tempo entre as tarefas de profissional e de mãe.

A decisão de abrir o próprio empreendimento surgiu da necessidade de ter mais qualidade de vida e possibilitar mais conforto para as filhas. "Eu não trabalhava para mim, então, acabava tendo um retorno menor do que eu esperava, mesmo dedicando muito tempo aos atendimentos".

SALTO

Nos últimos 20 anos, o número de empresas abert-

tas com mulheres no quadro societário saltou de 8.454 em 2004 para 60.293 em 2023. Atualmente, o estado tem 380.410 negócios ativos com essa característica, considerando MEIs e não MEIs.

Dados da Juceg apontam ainda que os negócios que mais aparecem nessa relação são aqueles que comercializam artigos de vestuário e acessórios, cosméticos, produtos de perfumaria e higiene pessoal, além de lanchonetes. "Vale ressaltar que as mulheres costumam se preparar mais para abrir e gerir um negócio", pontua o presidente da Juceg.

HGG promove Mutirão de Cirurgias Bariátricas e Metabólicas

REDAÇÃO

Referência no tratamento de pacientes com obesidade pelo Sistema Único de Saúde (SUS) por meio do Programa de Prevenção e Controle da Obesidade (PCCO), o Hospital Estadual Dr. Alberto Rassi (HGG) realiza, até sexta-feira (08/03), durante a Semana da Obesidade, o Mutirão de Cirurgias Bariátricas e Metabólicas.

O objetivo do mutirão é promover o combate à obesidade e o diabetes na população. Serão contemplados 16 pacientes da unidade do Governo de Goiás que fazem parte do PCCO. Atualmente, há cerca de 247 pacientes em tratamento no programa.

Desde 2012, o Serviço de Cirurgia Bariátrica do HGG realizou 1.196 cirurgias. Já o Serviço de Cirurgia Metabólica, lançado em 2018, de forma pioneira, realizou 258 desses procedimentos. Um dos diferenciais do HGG em relação a essas cirurgias é o tipo de procedimento.

Em 2019, o HGG iniciou as cirurgias por videolaparosco-



opia e, na época, a média era de quatro bariátricas e duas metabólicas por vídeo. A partir de dezembro de 2023, o hospital passou a realizar em torno de 70% de todas as cirurgias bariátricas e 100% das metabólicas por vídeo.

A manutenção de algumas cirurgias bariátricas, de forma aberta, se deve principalmente ao cumprimento do programa de residência médica que visa à formação dos residentes da especialidade.

A cirurgia bariátrica no HGG é recomendada para pacientes com obesidade grau 3, cujo Índice de Massa Corporal (IMC) é igual ou

acima de 40, sem sucesso no controle de peso com tratamento clínico, entre os critérios estabelecidos.

A presença de comorbidades, como colesterol alto, esteatose hepática e hipertensão são fatores que reforçam a indicação da cirurgia. Pacientes com esse perfil recebem atendimento de equipe multidisciplinar e médica até o pós-operatório.

Esse procedimento é uma opção para controlar o diabetes e tem critérios específicos, como idade acima de 30 anos e obesidade leve, com IMC grau 1, entre 30 kg/m² e 34,9 kg/m².



STF suspende julgamento sobre descriminalização do porte de drogas

REDAÇÃO

O Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu nesta quarta-feira (6) o julgamento sobre a descriminalização do porte de drogas. A data para retomada do julgamento não foi definida.

A análise do caso foi interrompida por um pedido de vista feito pelo ministro Dias Toffoli. Antes da interrupção, o julgamento está 5 votos a 3 para a descriminalização somente do porte de maconha para uso pessoal.

O julgamento estava suspenso desde agosto do ano passado, quando o ministro André Mendonça também pediu mais tempo para analisar o caso. Na tarde de hoje, Mendonça votou contra a descriminalização do porte de drogas para consumo pessoal.

Ao votar contra a descriminalização, o ministro disse que a questão deve ser tratada pelo Congresso. “Vamos



Divulgação

jogar para um ilícito administrativo. Qual autoridade administrativa? Quem vai conduzir quem? Quem vai aplicar a pena? Na prática, estamos liberando o uso”, questionou.

Em seguida, o ministro Nunes Marques também votou

contra a descriminalização.

Ao divergir da maioria, o ministro argumentou que o questionamento sobre a criminalização do porte, previsto na Lei de Drogas, não tem “consistência jurídica”, e a descriminalização só pode

ser alterada pelo Congresso.

“Não considero que a leitura abstrata do direito fundamental à intimidade tenha alcance de proibir a tipificação penal pelo legislador”, afirmou.

Conforme os votos proferidos até o momento,

há maioria para fixar uma quantidade de maconha para caracterizar uso pessoal, e não tráfico de drogas, que deve ficar entre 25 e 60 gramas ou seis plantas fêmeas de cannabis. A quantidade será definida quando o julgamento for finalizado.

Nas sessões anteriores, já votaram nesse sentido os ministros Gilmar Mendes, Edson Fachin, Luís Roberto Barroso, Alexandre de Moraes e Rosa Weber (aposentada).

Cristiano Zanin votou contra a descriminalização, mas defendeu a fixação de uma quantidade máxima de maconha para separar criminalmente usuários e traficantes.

FLAGRANTE

Durante o julgamento, o ministro Alexandre de Moraes fez um aparte e destacou as consequências da eventual decisão da Corte a favor da descriminalização.

“A polícia não poderá entrar no domicílio de alguém que esteja com maconha para uso próprio, porque não é mais flagrante. Também não permite que a pessoa fume maconha dentro do cinema”, afirmou.

NÃO É LEGALIZAÇÃO

Na abertura da sessão, o presidente do STF, ministro Luís Roberto Barroso, destacou que o Supremo não está discutindo a legalização das drogas. O ministro explicou que a lei definiu que o usuário não vai para a prisão, e a Corte precisa definir a quantidade de drogas que não será considerada tráfico. Barroso também destacou que o tráfico de drogas precisa ser combatido.

“Não está em discussão no STF a questão da legalização de drogas. É uma compreensão equivocada que foi difundida por desconhecimento e tem se difundido, às vezes, intencionalmente”, afirmou.

Nikolas Ferreira é eleito presidente da Comissão de Educação

REDAÇÃO

Em uma derrota para o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o deputado federal Nikolas Ferreira (PL-MG) foi eleito, nesta quarta-feira (6/3), presidente da Comissão de Educação, por 22 votos favoráveis e 15 votos brancos.

Petistas alegam que o PL quebrou o acordo estabelecido e fez a indicação de última hora para tentar barganhar com o PT pela vice-presidência no colegiado de Saúde. Como mostrou o Estadão, o governo trabalhou para a mudança na indicação e pediu para que nenhum deputado marcasse presença para não haver quórum.

Com pouco menos de um ano de atividade como deputado federal, Nikolas é um dos deputados que compõem a linha de frente de parlamentares apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) que provocam governistas. Em um dos principais episódios, que rendeu uma representação feita pelo PT no Conselho de Ética, Ni-



colas colocou uma peruca, disse ser “deputada Nikole” e pregou contra o feminismo no plenário da Câmara.

Samia Bomfim (PSOL-SP) diz que Nikolas não poderia assumir a função em razão de ser réu por transfobia após expor uma adolescente transexual de 14 anos nas redes sociais, em 2023. Ele divulgou um vídeo no canal do YouTube, em que criticava a presença de uma aluna transexual em um banheiro feminino de uma escola da cidade. No vídeo, intitulado “travesti no banheiro da escola da minha irmã”, o deputado expôs o

nome do colégio e mostrou o momento em que a aluna foi questionada pela irmã dele, também menor de idade, dentro no banheiro feminino.

Para Tabata Amaral, a escola trata-se de uma “vergonha” para a história do colegiado “apequenado” por escolher um deputado “extremista”. “A gente vai ter uma pessoa que tem postura de moleque, já destratou inúmeras deputadas no plenário, que não tem postura, que não sabe dialogar, que não tem tamanho para ser deputado federal, quem dirá para ser presidente da comissão de Educação”, afirma.

Lula sobre Venezuela: “Ao invés de chorar, indiquei outro candidato”

REDAÇÃO

Ao ser questionado sobre as condições para que as eleições na Venezuela ocorram de maneira justa, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) lembrou o pleito brasileiro de 2018, quando foi declarado inelegível pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e indicou Fernando Haddad para concorrer à Presidência da República.

“Eu fui impedido de concorrer às eleições de 2018. Ao invés de ficar chorando, eu indiquei um outro candidato e disputou as eleições”, disse Lula em coletiva nesta quarta-feira (6), após encontro com o primeiro-ministro da Espanha, Pedro Sánchez.

Em 2018, o petista não pôde concorrer às eleições presidenciais em razão de uma decisão do TSE que o declarou inelegível com base na Lei da Ficha Limpa.

A resposta de Lula hoje veio após ser questionado pelos jornalistas sobre uma declaração que havia dado poucas horas antes, comemorando a definição da data em



que ocorrerão as eleições na Venezuela e fazendo menção à oposição do país vizinho.

“Se o candidato da oposição tiver o mesmo comportamento do nosso aqui, nada vale”, afirmou o presidente na ocasião. O presidente justificou, porém, que não se trata de “uma ligação entre a situação da Venezuela e do Brasil”.

“Espero que as eleições sejam as mais democráticas possível e segundo o presidente Maduro me disse, ele vai convocar todos os olheiros do mundo que quiserem

assistir ao processo eleitoral na Venezuela. Além disso, o que eu posso esperar? Que haja as eleições para a gente saber se foram democráticas ou não”, complementou Lula.

A principal adversária de Nicolás Maduro, atual presidente venezuelano, María Corina Machado, líder da oposição, teve a candidatura desqualificada pelo Supremo Tribunal local em janeiro.

Corina havia vencido as primárias presidenciais da oposição venezuelana em 22 de outubro de 2023.



Entenda o que pode mudar para motoristas de aplicativo com a proposta do governo

REDAÇÃO

Negociação entre patrões e trabalhadores via acordos coletivos, inclusão obrigatória na Previdência Social e valor mínimo de remuneração são algumas das mudanças que podem ser consolidadas por meio do projeto de lei (PL) que regula a atividade de motorista de aplicativos sobre quatro rodas enviado pelo governo ao Congresso Nacional.

Porém, como o texto ainda vai ser analisado por deputados e senadores, o PL pode sofrer modificações em relação ao que foi assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Estima-se que a lei deve impactar, ao menos, 704 mil motoristas de aplicativos de quatro rodas, segundo o último levantamento sobre a categoria feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Outra regulamentação proposta pelo Executivo é a obrigação das empresas informarem aos trabalhadores sobre os critérios para a oferta de viagens, pontuação, bloqueio, suspensão e exclusão da plataforma "em linguagem clara e de simples entendimento".

Além disso, as empresas serão obrigadas a informar os critérios que compõem



Divulgação

o valor da remuneração do motorista, detalhando, em relatório mensal, por exemplo, o valor médio da hora trabalhada e sua comparação com a remuneração mínima estabelecida na lei.

O texto ainda limita as possibilidades de exclusão dos motoristas de aplicativo a hipóteses de "fraudes, abusos ou mau uso da plataforma", garantindo o direito de defesa, conforme as regras estabelecidas nos termos de uso e nos contratos de adesão à plataforma.

Atualmente, os motoristas não sabem quais os critérios

usados para a própria avaliação, nem como é definida a remuneração pelo trabalho. "Os(as) trabalhadores(as) em aplicativos estão submetidos(as), ainda, a uma avaliação rígida, sem direito a interferir nos critérios de avaliação e sem direito à contestação", informou o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

ACORDO COLETIVO

Caso aprovado, o projeto de lei deve consolidar os acordos ou convenções coletivas como

principal instrumento de negociação entre plataformas e motoristas. Atualmente, devido ao caráter dessa relação intermediada pela plataforma, não há uma mesa de negociação entre as partes que permita a apresentação de reivindicações coletivas da categoria.

Assim, benefícios ou direitos não previstos no PL, como plano de saúde, seguro de vida ou horas extras, poderão ser negociados no acordo coletivo. Além disso, o que for acordado em convenção coletiva não poderá ser desfeito por meio de acordos individu-

ais. Os trabalhadores deverão ser representados por sindicatos devidamente registrados.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Atualmente, o motorista de aplicativo que quer ter aposentadoria, ou acessar auxílio doença e licença maternidade, tem que pagar o Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) como Microempreendedor Individual (MEI). Porém, essa contribuição não é obrigatória e estima-se que apenas 23% dos motoristas de aplicativo paguem essa contribuição, segundo o Insti-

tuto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Como MEI, o motorista deve pagar, pelo menos, 5% sobre o salário mínimo. Porém, se escolher pagar apenas esse valor, o trabalhador só poderá se aposentar pelas regras de aposentadoria por idade, garantindo apenas um valor equivalente a um salário mínimo.

Para receber mais no futuro e poder se aposentar também por tempo de contribuição, é preciso pagar mais. Nesse caso, além dos 5% mínimos, é possível contribuir com até 15% do teto previdenciário, de acordo com o Sebrae. "No entanto, nessa modalidade, sabe-se que há uma alta inadimplência, acima dos 40%", informa o Dieese.

Pelas regras previstas no projeto de lei, o motorista terá que pagar 7,5% sobre o valor de sua remuneração, fixado pelo projeto em, no mínimo, R\$ 8,03 por hora trabalhada. Já as empresas de aplicativos terão que contribuir com 20% sobre o mesmo valor.

Pelas regras, todos os trabalhadores serão obrigatoriamente enquadrados no Regime Geral de Previdência Social. A inclusão obrigatória de todos os trabalhadores no INSS dará direitos a benefícios como auxílio doença e licença maternidade.

Governo vai lançar programa que inclui mulheres no mercado de trabalho

REDAÇÃO

O governo federal lança, na próxima sexta-feira (8), Dia Internacional da Mulher, o Programa Asas para o Futuro. De acordo com a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, a proposta é incluir mulheres de 17 a 30 anos, sobretudo negras e da periferia, no mercado de trabalho. O planejamento inclui a assinatura de um acordo de cooperação com o Sebrae para a qualificação dessas mulheres.

"Também estamos trabalhando no sentido de garantir a implementação de duas leis que, para nós, são importantes. Uma, que instituímos no ano passado, dos 5% das vagas do Sine [Sistema Nacional de Emprego] serem para mulheres em situação de violência. E a dos 8% no caso dos serviços terceirizados do governo federal",



disse, em entrevista à emissoras de rádio durante o programa Bom dia, Ministra, da Empresa Brasil de Comunicação (EBC).

"Estamos buscando tratativas para, mais para frente, discutir o que é mais importante para as mulheres. Porque parece que elas estão fora, estão

simplesmente desempregadas. Mas as mulheres estão na informalidade. Como vamos trazer as mulheres para a formalidade, como vamos incluir a discussão do empreendedorismo", acrescentou.

IGUALDADE SALARIAL

Durante o programa, a ministra lembrou que, também na próxima sexta-feira, encerra-se o prazo para que as empresas entreguem o relatório de transparência salarial, criado a partir da Lei nº 14.611/2023, que dispõe sobre a igualdade salarial entre

homens e mulheres. Segundo Cida, o documento estará disponível a partir do dia 31 de março para consulta.

"Após a publicação, as empresas que não cumprirem, vamos notificar. A empresa terá 90 dias para recorrer e, caso as justificativas não sejam aceitas, haverá fiscalização e multa", garantiu.

FEMINICÍDIO

Entre as ações de enfrentamento ao feminicídio citadas pela ministra estão a licitação de 13 novas Casas da Mulher Brasileira e a entrega de Centros de Referência de Atendimento à Mulher para municípios menores, além da ampliação do número de patrulhas Maria da Penha – serviço criado para acompanhar, com rondas próximas ao local onde ela reside, a

situação da mulher sob medida protetiva de urgência.

Segundo Cida, o governo federal vai destinar R\$ 10 milhões, por meio de edital público, para incentivar o uso de torneleiras específicas para agressores de mulheres. "Esse dispositivo já existe como uma política pública, mas está empregado principalmente para outras questões, como monitorar presos em sistema semiaberto", disse.

"Estamos trabalhando dentro de um pacto com diversos ministérios para combater o feminicídio, sendo que um dos eixos desse trabalho é a prevenção a partir de ações concretas como a própria torneleira eletrônica, porque o Estado vai controlar onde o agressor pode transitar", concluiu a ministra das Mulheres.



Brasil vence México e vai à final da Copa Ouro feminina

LUIZ F. MENDES

O Brasil chegou a sua primeira final sob o comando de Arthur Elias. Nesta quarta-feira, a Seleção feminina venceu o México, por 3 a 0, e está na decisão da Copa Ouro feminina. Os gols brasileiros foram marcados por Adriana, Antônia e Yasmim, em partida disputada no Estádio Snapdragon, na Califórnia (EUA).

A Canarinha foi dominante durante toda a partida e, apesar do nervosismo inicial, conseguiu marcar o primeiro gol. Com a expulsão de Hernández ainda na primeira etapa, a equipe passou a se impor ainda mais no confronto, passando pelo México sem dificuldades.

O Brasil aguarda a definição de seu adversário na grande final. Na outra semifinal, Estados Unidos e Canadá duelam pela vaga na madrugada desta quinta-feira, às 00h15 (de Brasília), também no Estádio Snapdragon. A decisão acontece neste domingo, às 21h15, no mesmo local.

O JOGO

O Brasil começou bem o jogo, sufocando a saída de bola das mexicanas. Enquanto isso, as adversárias



Reprodução

tentavam sair em contra-ataques. As melhores chances do jogo foram parar nas mãos das goleiras Luciana e Esthefanny Barreras.

A primeira grande chance brasileira saiu dos pés de Bia Zaneratto. Em boa fase, a 'Imperatriz' recebeu pela esquerda na intermediária, cortou para o meio e finalizou forte, rasteiro. A bola, porém,

foi pela linha de fundo sem assustar a goleira Barreras.

E a Canarinha de fato abriu o marcador aos 20 minutos. A zagueira Rafaelle cruzou e a goleira Barreras saiu para socar a bola, que bateu nas costas da lateral Hernández. Na sobra dentro da grande área, Adriana emendou um voleio e fez o primeiro gol da Seleção no jogo: 1 a 0.

Cinco minutos depois, Debinha fez boa jogada pela esquerda e encontrou Yasmim se infiltrando na grande área pelo meio. A lateral do Corinthians chutou para boa defesa da goleira mexicana. No rebote, Ary Borges tentou, mas a bola foi para escanteio. Com 29 minutos, o Brasil ficou com um a mais: Hernández foi expulsão após

matar a jogada em que Bia Zaneratto sairia cara a cara com a goleira Barreras.

E com uma jogadora a mais, a vida do Brasil ficou mais fácil. Com 31 minutos, em boa jogada, Adriana fez o pivô e escorou de ombro para Antônia. A defensora cortou a defesa mexicana e bateu colocado, de fora da área, para ampliar a vantagem da Seleção.

E logo na volta do intervalo, a Canarinha marcou o terceiro, e foi um golaço. Gabi Portilho, que havia acabado de entrar, apareceu pelo lado direito e cruzou rasteiro para dentro da grande área. Yasmim apareceu como elemento surpresa e finalizou de letra.

56os 25 minutos da etapa final, Yaya quase deu início à goleada brasileira. Após cruzamento na grande área, Portilho tentou de cabeça, mas a bola sobrou com a volante corintiana, que finalizou na trave esquerda.

Já próximo ao fim da partida, o Brasil ainda conseguiu o quarto gol, mas foi anulado. Yasmim cruzou e Gabi Nunes subiu mais alto que a defesa mexicana para cabecear e colocar a bola no fundo da rede, mas a árbitra marcou uma falta de ataque o gol não valeu.

Polícia recupera Ferrari furtada depois de quase 30 anos de ex-piloto de F1

LUIZ F. MENDES

A Ferrari do ex-piloto de F1 austríaco Gerhard Berger, roubada após o Grande Prêmio de San Marino em 1995, foi recuperada pela Polícia Metropolitana do Reino Unido, quase 30 anos depois do roubo.

O carro tem um valor estimado em cerca de 350 mil libras (mais de R\$2 milhões, na cotação atual). Berger e seu colega estrela da F1 Jean Alesi perderam seus carros particulares no mesmo dia de abril de 1995 para ladrões que trabalhavam perto do circuito de Ímola, na Itália. O piloto explicou que o seu veículo, de modelo F512M Testarossa, desapareceu do lado de fora do seu hotel.

INVESTIGAÇÃO

Através de um trabalho conjunto entre a unidade de combate ao crime organizado veicular e a Agência de Crime Nacional, a polícia descobriu que o carro estava no Japão até ser trazido de volta para o Reino Unido no final de 2023.

A Ferrari alertou as autoridades em janeiro, após realizar verificações no modelo, que foi adquirido por um comprador nos Estados Unidos. "A Ferrari roubada, estava sumida por mais de 28 anos, conseguíssemos localizá-lo em apenas quatro dias. A polícia tomou posse do veículo para evitar que fosse exportado do Reino Unido. Colaboração foi fundamental para compreender os antecedentes do veículo e impedi-lo de sair do país", comentou o policial Mike Pilbeam.

GERHARD BERGER

Berger foi um dos pilotos mais populares durante sua carreira de 14 temporadas na Fórmula 1, que começou em 1984 e terminou em 1997, vencendo 10 Grandes Prêmios e terminando duas vezes em terceiro no campeonato enquanto dirigia pela Ferrari. O piloto ganhou a reputação de brincalhão enquanto dirigia na McLaren com o companheiro de equipe brasileiro Ayrton Senna.

Brasil domina ISA Games e vai com força máxima para Paris 2024

LUIZ F. MENDES

O surfe brasileiro competirá com força máxima na Olimpíada de Paris. Serão seis atletas (três em cada gênero) nas águas da praia de Teahupo'o (Taiti), onde ocorrerá a disputa da modalidade nos Jogos. As vagas extras saíram para o Brasil, no encerramento dos Jogos Mundiais de Surfe, o ISA Games, em Arecibo (Porto Rico), que reuniu atletas de mais de 50 países.

Tricampeão mundial, Gabriel Medina conquistou o título do ISA Games e, de quebra, carimbou a tão sonhada vaga olímpica. No feminino, a gaúcha Tatiana Weston-Webb – já classificada para Paris – foi vice-campeã do ISA Games, posição suficiente para garantir a terceira vaga, do país, que será de Luana Silva, filha de brasilei-



ros, nascida no Havaí. Luana também competiu no ISA Games, mas foi eliminada no round cinco da repescagem.

Com o título de Medina, a equipe brasileira foi a que mais pontou no ISA Games: somou 3696, deixando para

trás a França (3360) em segundo lugar, e a Austrália (2895) em terceiro. O surfista, nascido em São Sebastião (SP), apresentará o país nos Jogos de Paris, ao lado dos já classificados Filipe Toledo, o Filipinho, e João Chianca, o Chumbinho.

"Eu não sabia se minha vaga viria, mas eu só tentei dar o meu melhor. Se eu não fosse [aos Jogos de Paris] alguém iria, e é isso, nós somos um time. E eu acho que todos estavam com esse espírito, então isso ajuda muito e eu que-

ro agradece o time brasileiro que trabalhou muito nos bastidores também, todos os caras, é, isso foi incrível – comemorou Medina, que fez uma campanha invicta ao vencer oito baterias mais a disputa final masculina do ISA Games.

Primeira atleta do surfe a se classificar para Paris 2024, Tati Weston-Webb era só emoção ao final da decisão do título. Ela assegurou Luana Silva nos Jogos, e a equipe feminina contará ainda com Tainá Henckel, que carimbou a vaga na última.

"Significa muito não só para mim, mas para a equipe. Estamos sempre nos ajudando, sabemos o quanto é importante. Quando soube que tinha conseguido a terceira vaga, foi muito emocionante", revelou Tati Weston-Webb, em depoimento ao Comitê Olímpico Internacional (COI).



Negociação de trégua: Hamas se diz disponível; Israel não comparece

Reprodução

SARA ANDRADE

O grupo palestino Hamas afirmou nesta quarta-feira (6) que vai continuar a trabalhar para conseguir alcançar um cessar-fogo em Gaza, apesar da ausência dos negociadores israelenses na última rodada de conversações no Cairo, capital do Egito.

O projeto de solução do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), apresentado pelos EUA, prevê um cessar-fogo de seis semanas e a libertação dos reféns. "Estamos demonstrando a flexibilidade necessária para chegar a uma solução abrangente contra a agressão ao nosso povo", afirmou o Hamas em comunicado.

Os negociadores do Hamas, do Catar e do Egito - sem negociadores de Israel - estão no Cairo e tentam garantir um cessar-fogo de 40 dias na guerra entre Israel e o grupo islamita a tempo do mês do Ramadã, que começa no próximo domingo.

Frequentemente, a violência nos territórios palestinos ocupados aumenta durante o Ramadã, assim como a hostilidade



em relação a Israel no mundo árabe e muçulmano, criando um forte incentivo para os líderes fecharem um acordo antes disso. A delegação do Hamas mantém-se no Cairo onde se vai reunir com os mediadores.

Bassem Naim, alto funcionário do Hamas, disse que o grupo palestino apresentou seu próprio projeto de acordo e que aguarda uma resposta de Israel, acrescentando: "Benjamin Netanyahu

não quer chegar a um acordo e a bola agora está no campo dos americanos".

Naim acrescentou que era impossível chegar a um acordo sem um cessar-fogo, uma vez que os reféns estavam espalhados pela zona de guerra.

Osama Hamdan, do Hamas, reiterou as principais exigências do seu grupo: o fim da ofensiva militar israelense, a retirada das forças israelenses e o regresso às suas casas de

todos os habitantes de Gaza, que foram forçados a fugir.

"A segurança e a proteção do nosso povo só serão alcançadas com um cessar-fogo permanente, o fim da agressão e a desocupação de cada centímetro da Faixa de Gaza", disse Hamdan aos jornalistas em Beirute.

Hamdan afirmou ainda que qualquer troca de prisioneiros só poderá ter lugar após um cessar-fogo permanente - em vez de uma pausa de algumas

semanas - e uma retirada completa das forças israelenses da Faixa de Gaza. Israel, por sua vez, quer apenas uma pausa nos combates para que os reféns saiam de Gaza e que mais ajuda humanitária entre, insistindo que não terminará o conflito enquanto o Hamas não for completamente "eliminado".

MASSACRE

Os peritos das Nações Unidas condenaram a violência

desencadeada pelas forças de Israel, na semana passada, contra palestinos reunidos na cidade de Gaza para recolher ajuda humanitária que consideraram um "massacre".

Em comunicado, um grupo de relatores especiais da ONU acusou Israel de "matar intencionalmente de fome o povo palestino em Gaza, desde 8 de outubro".

"Israel tem de encerrar essa campanha de fome e de ataque a civis", afirmaram os peritos da ONU, que alertaram para o fato de existirem cada vez mais provas de fome na Faixa de Gaza. Pelo menos 112 pessoas morreram e 760 ficaram feridas na quinta-feira, quando multidões desesperadas se reuniram para pegar ajuda humanitária.

Testemunhas em Gaza e alguns dos feridos disseram que as forças israelenses abriram fogo contra a multidão, provocando pânico. Israel afirmou que as pessoas morreram pisoteadas ou foram atropeladas por caminhões de ajuda humanitária, embora tenha admitido que suas tropas dispararam contra aquilo que chamou de uma "multidão".

DIÁRIO DO ESTADO

Líder em publicações legais no Brasil

Publicações em jornal de grande circulação, Diário Oficial do Estado e Diário Oficial da União

(62) 3434-5546



Conspiração ou assassinato? O misterioso caso Danny Casolaro

LUIZ F. MENDES

Intitulado 'Conspiração Americana: Os Crimes da Octopus', o novo documentário disponível na Netflix explora a misteriosa morte de Danny Casolaro, jornalista investigativo que foi encontrado sem vida em seu quarto aos 44 anos.

Embora sua morte tenha sido considerada suicídio, as pessoas mais próximas e queridas dele estavam convencidas de que ele havia sido assassinado.

Essas alegações deram origem a uma teoria da conspiração chamada 'O Polvo', sugerindo que Casolaro estava perto de revelar verdades obscuras sobre os bastidores do governo norte-americano.

O jornalista acreditava que o governo estava supostamente ligado a aplicativos de espionagem dos cidadãos, lavagem de dinheiro e era liderado por funcionários corruptos.

A história era familiar aos jornalistas de Washington na década de 1980 – sobre a qual houve uma disputa de propriedade entre o Departamento de Justiça e uma empresa de tecnologia chamada INSLAW.



Reprodução

O desacordo parecia ser sobre os direitos de propriedade intelectual da futura tecnologia de espionagem, mas descobriu que era muito mais sério do que inicialmente parecia.

No início da década de 1990, ele era redator da editoria de informática da Computer Age, considerada uma novidade no jornalismo... Até que ouviu falar dos softwares de espionagem. Quando começou a se aprofundar nas pesquisas, encon-

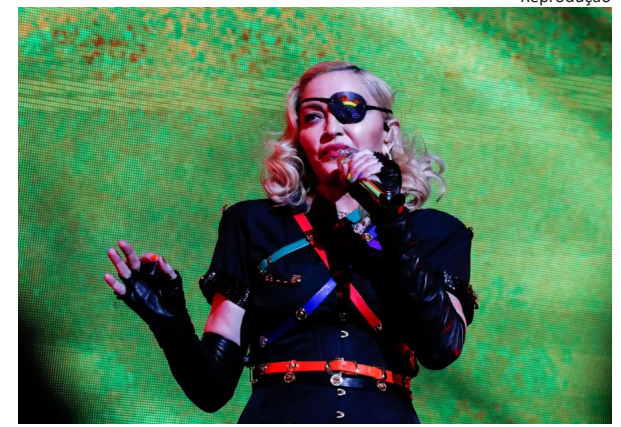
trou pistas de crimes cada vez mais profundos que lidavam com o envolvimento de personalidades poderosas.

Depois de muita investigação, Casolaro acreditou ter descoberto uma organização oculta, envolvendo oito homens, daí o apelido 'Octopus' (Polvo, em inglês), já que cada um representava um braço do governo.

"Esses oito homens não são mais funcionários do governo, mas seus tentáculos podem atingir qualquer

parte do governo em quase todos os países", diz um dos trechos supostamente extraídos da pesquisa do jornalista.

"Conspiração Americana: Os Crimes da Octopus" é uma visão fascinante de um caso que não só tem enormes implicações... Mas também dá muitas reflexões sobre como os jornalistas podem se aprofundar em histórias que, às vezes, têm um começo bastante modesto, mas se transformam em verdadeiros escândalos."



Reprodução

Madonna fará show gratuito em Copacabana?

FAUSI HUMBERTO

A última vez que Madonna pisou no Brasil para uma série de shows foi há mais de uma década, no longínquo 2012. Naquele ano, a artista apresentou a 'MDNA Tour' no Rio de Janeiro, São Paulo e em Porto Alegre. Depois disso a cantora ainda produziu as turnês 'Rebel Heart Tour' e 'Madame X Tour', mas nenhuma contou com apresentações em solo brasileiro.

Tudo começou com a página "Madonna Online", que publicou que a material girl fará o tal show no próximo dia 4 de maio, com o anúncio oficial podendo sair a qualquer momento.

A performance da "Celebration Tour", tem dupla

função: fechar as comemorações pelos 40 anos de estrada da Rainha do Pop – o primeiro álbum dela saiu lá em 1983 – e celebrar os 100 anos do Banco Itaú, que contou com a presença da artista em sua mais recente campanha publicitária.

Já o rumor de que a apresentação será gratuita gerou foi preocupação entre os fãs. "Pensando em como vou sair vivo de um show de graça no Rio de Janeiro", publicou um perfil no Twitter. "Pensei que ia pagar o show da Madonna com quinze salários, mas pelo visto vou pagar com a vida", escreveu outro internauta. "Vou só com a roupa do corpo e ainda assim to com medo de voltar sem nada", brincou outro.



edredom & pipoca

Dicas pra você que adora curtir um filme em baixo do edredom...

edredomepipoca.com.br

@edredomepipoca

